

O TRATAMENTO DO CONCEITO DE GRAMÁTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Clécio Bunzen*

Resumo:

Este trabalho pretende investigar qual o conceito de gramática subjacente em três coleções de livros didáticos e como este conceito é explicitado aos professores e aos alunos. Partimos do pressuposto de que, através da escolha do material didático, o professor assume uma concepção de língua(gem) e conseqüentemente de gramática; moldando suas aulas a partir deste guia. Além disso, estaremos discutindo os reflexos que as informações dos LDs podem ter na relação aluno/professor/livro didático.

Nos últimos anos, ocorreram várias discussões, debates e publicação de obras que se preocuparam com o ensino de língua materna. Essa preocupação acompanha o desenvolvimento das teorias lingüísticas no mundo. Observamos, entretanto, que, apesar de encontrarmos um avanço nas teorias de prática de ensino, as aulas de língua materna ainda estão moldadas pelo ensino tradicional. Maria Helena Martins (1994), em seu livro “O que é Leitura”, comenta que, entre os antigos, o aprendizado se baseava em disciplina rígida, por meio de método analítico caracterizado pelo progresso passo a passo e, apesar de séculos de civilização, as coisas hoje não são muito diferentes.

O ensino de língua portuguesa depende de vários elementos e fatores para ser classificado como “bom” ou “mau”. Conforme Matencio (1994:85), *“poucos têm sido os resultados que as alterações nos rumos nos estudos da linguagem e aprendizagem trazem efetivamente para a grande maioria dos cursos de formação de professores, e, conseqüentemente para nossas salas de aula”*. Fica evidente que o ensino depende da formação do professor, da própria instituição de ensino, da concepção de língua e linguagem, da escolha do material didático, que é o nosso objeto de estudo, entre outros. São nestes pontos que se encontram os problemas de definição para objeto e objetivos do ensino de língua portuguesa: a gramática? a leitura e a escrita? A língua oral? o processo de enunciação dos textos orais e escritos? o domínio de uma língua considerada lógica e correta em si mesma? o domínio de uma variedade lingüística prestigiada socialmente? (Batista, 1997: 4). Dependendo das respostas que forem dadas a essas questões, diferentes práticas ensinarão diferentes objetos, com diferentes objetivos.

Chegamos, então, ao “ponto-chave” da questão: o que ensinar? como fazer? que materiais didáticos adotar? Se escolhermos uma visão tradicional, estamos, diretamente, ligados à gramática normativa, uma vez que o ensino tradicional está voltado para a metalinguagem, isto é, para a análise dos termos gramaticais-morfológica e sintática. Segundo Bagno (1999:119), *“o ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranóia classificatória, o apego à nomenclatura - nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta”*. Sírio Possenti (1998:54) apresenta ponto de vista semelhante e argumenta que *“saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber explicitamente quais são as regras é outra”*. “Entretanto, podemos observar que

* Trabalho elaborado na disciplina Língua Portuguesa V, sob a orientação da Prof^a. Márcia Mendonça, em 1999.2

a maioria dos nossos livros didáticos trabalham nesta concepção, ou seja, para eles, saber as nomenclaturas gramaticais é conhecer a língua.

A função da escola na sociedade moderna não deve ser a de formação de técnicos para atividades específicas, como afirma Britto (1997:27), “*mas sim de formar sujeitos para o mundo*”. Para que um projeto de ensino seja bem sucedido, “*uma condição deve necessariamente ser preenchida (...): que haja uma concepção clara do que seja uma língua e do que seja uma criança*” (Possenti,1998:21). Em suma, um professor de língua portuguesa precisa ter concepções de língua e gramática bem definidas para poder, a partir desta escolha, elaborar suas aulas e escolher seus materiais didáticos.

1. A Bíblia do Professor: o livro didático

Questionar os materiais didáticos é questionar o próprio ensino que neles se cristaliza. Ensino e livro didático não têm existência isolada, ao contrário, se encaixam numa tradição na escola brasileira, que se (re)produz na engrenagem da sociedade brasileira, que por sua vez integra outras engrenagens, etc, etc, etc.

Segundo Suassuna (1994:85), “*o livro didático põe em xeque não apenas as práticas pedagógicas em si; mas também a própria auto-imagem do professor, seu ponto de apoio e identidade*”. “O livro demonstra, na maioria das vezes, qual é a metodologia e quais as concepções de língua, linguagem e gramática utilizadas pelo educador, uma vez que este material é essencial para as aulas. O livro, infelizmente, não é tratado como um complemento. Ele é um elemento tão presente na sala de aula quanto o próprio professor. Alguns deles proíbem os alunos de entrarem na sala de aula por não terem trazido o livro didático. Essa atitude mostra que o livro é quem “comanda” o professor. É por este motivo que denominamos o livro como: *a bíblia do professor*.”

O livro que, muitas vezes, é a única fonte de informação do professor, conforme Britto (1997:257), impõe-se como necessidade pragmática tanto para as políticas de educação, quanto para os próprios agentes pedagógicos. Além disso, segundo o autor, o livro apresenta-se como portador do conhecimento verdadeiro e necessário, de modo que cabe ao aluno, apenas apreender o seu conteúdo. O fato de trazer também as respostas aos exercícios e de usar um estilo de interlocução direta com o aluno faz com que o professor se transforme em gerente da aula com a finalidade de garantir que o processo ocorra normalmente. Uma prática de ensino voltada exclusivamente para o livro didático tem como “objetivos” um plano de trabalho elaborado pelo autor do livro. Deste modo, “o professor é quase um repetidor do que está no livro” (Matencio,1998:92). A adoção do livro didático significa, para Geraldi (1987:4), “*a filiação do professor às concepções que orientaram a organização do livro didático adotado (...) o livro didático passa a conduzir o processo de ensino: de adotado passa adotar o professor e os alunos.*”

2. Metodologia

O aspecto a ser observado, na análise dos livros didáticos, é a concepção subjacente de gramática que tais livros adotam e como os autores explicitam essas concepções aos professores e aos alunos. Serviram de corpus para nossa análise todos os exercícios, definições, exposições teóricas e orientações ao professor relativas ao conceito de gramática recolhidos de três coleções de livros didáticos de língua

portuguesa¹. Cada coleção consta de quatro volumes, destinados respectivamente à 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série do ensino fundamental. São elas:

- 1) LUFT, Celso Pedro & CORREA, Maria Helena. (1996). *A palavra é sua: língua portuguesa*. São Paulo: Scipione.
- 2) CARVALHO, Ângela & RIBEIRO, Jorge. (1998). *Nossa Palavra*. São Paulo: Ática.
- 3) TIEPOLO, E., GREGOLIN, R., MEDEIROS, S. (1998). *Linguagem e interação*. Curitiba: Módulo.²

É importante salientar que esta análise não representa um parecer que abone ou desabone estas obras. Elas nos serviram apenas para uma reflexão sobre o material didático no ensino de Língua Portuguesa. Suassuna (1994) apresenta 26 princípios para se fazer uma análise nos livros, a saber, reconhecimento do fenômeno da variação lingüística, relatividade dos usos lingüísticos, sistematicidade da linguagem, distinção entre o oral e o escrito e suas submodalidades, terminologia adotada, concepção de linguagem, *concepção de gramática*, concepção de texto etc. Esses tópicos não podem ser analisados separadamente uma vez que um é dependente do outro, a concepção de texto está vinculada à concepção de linguagem, por exemplo. Concordando com Ruiz (1986) e outros, partiremos do princípio de que *“todo livro didático concretiza uma proposta metodológica. Como tal, articula uma determinada forma de interpretação da realidade - uma visão de mundo, de que emergem como essenciais uma concepção epistemológica da área de conhecimento - no caso, uma concepção de língua(gem) com os procedimentos sugeridos para o trabalho em sala de aula”*.

3. Os livros didáticos

3.1 Análise de LD1

A análise de LD1 permitiu-nos concluir que este livro trabalha numa perspectiva normativista, sendo o mais tradicional dos manuais analisados. O discurso dos autores, ao comentar a concepção de gramática aos professores, revela que é a concepção de gramática normativa a adotada pelo livro: *“a gramática abrange todo o conteúdo que se costuma ministrar nas respectivas séries, mas procuramos enfatizar os tópicos mais ligados à expressão escrita, como a ortografia, a concordância nominal e regência verbal.”* (Luft e Correa, 1996,p.III). Cada capítulo de LD1 é dividido nos seguintes tópicos: texto, interpretação de texto, a palavra no contexto, leitura suplementar, atividade oral, sala de redação, gramática e treino ortográfico. Para os autores, *“o estudo gramatical é desenvolvido no final de cada capítulo para facilitar o trabalho dos professores que preferirem omitir ou deslocar certos assuntos”*. Ao analisarmos o livro, atentamente, observamos que o conteúdo gramatical não está presente só na seção *“gramática”*, mas também em: a palavra no contexto, leitura suplementar, sala de redação e treino ortográfico. Os autores não definem o que é gramática para os alunos, nem refletem sobre o seu uso, pelo contrário, o estruturalismo e os exercícios de classificação predominam ao longo da obra.

¹ É importante salientar que não teceremos, neste artigo, detalhes sobre os exercícios dos livros didáticos; faremos, apenas, observações. Eles, entretanto, foram essenciais para comprovar o conceito de gramática adotada pelo livro.

² Daqui por diante, serão referidas pelas siglas LD1 (Luft & Correa, 1996), LD2 (Carvalho & Ribeiro, 1998), LD3 (Tiepolo, Gregolin e Medeiros, 1998)

Fica evidente na obra que para escrever bem, é preciso conhecer as regras gramaticais e aprender “o significado da palavra no contexto, isto é, na frase (idem, 5ª série:13).

Na asserção acima, não fica clara qual é a concepção de *contexto* dos autores. Parece-nos que, nesta perspectiva, só podem ser descritas as características estruturais das frases e de seus constituintes. Segundo Bronckart (1999:70), há um certo número de unidades que escapam parcialmente às restrições do sistema e que só podem ser completamente analisadas considerando aspectos do *contexto* e do *cotexto*.

Os autores trabalham principalmente com textos literários mostrando mais uma vez que a “língua culta” é a língua dos literatos. “Para a escolha dos textos, levamos em consideração sua riqueza literária. (...) Não mostrar ao aluno as frases felizes dos literatos é como querer ensinar futebol ignorando os dribles incríveis de Garrincha ou os gols de Pelé” (idem, 1996:1-11).

É interessante observar também que, apesar de Celso Pedro Luft ter escrito “Língua e Liberdade - por uma nova concepção de língua materna”, LD1 parece não manter uma mesma posição em relação ao uso da gramática em sala de aula. Será que o autor mudou de opinião? Acreditamos que não, uma vez que este livro está indicado na bibliografia comentada de LD1. Podemos citar um fragmento de “Língua e Liberdade” para exemplificar melhor: “um ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo” (Luft, 1994:21).

3.2 Análise de LD2

Em LD2, encontramos informações sobre a gramática e seu uso no manual do professor e no livro do aluno. “Como evitar que o estudo das regras gramaticais torne-se um enfadonho exercício de memorização? Pensando nisso, procuramos abordá-las a partir de textos e de exercícios práticos, fazendo surgir naturalmente no interior do próprio ato de ler e escrever. Desta forma, as definições dos conceitos gramaticais foram apresentadas somente após o aluno ter construído seus próprios conceitos, sempre baseado nos conhecimentos já adquiridos”. (Manual do professor :7). Podemos observar, pela citação acima, que os autores pretendem estudar a gramática valendo-se dos conhecimentos adquiridos dos alunos e levando-os à uma reflexão. Este objetivo, entretanto, não é encontrado ao longo da obra, ou seja, os exercícios mecanicistas e as nomenclaturas gramaticais dificultam a implementação dessa proposita ensino.

Os autores adotam a mesma postura de LD1 em relação ao ensino da gramática: “conceitos gramaticais, para fazer bom uso da chamada norma culta de nossa língua 5ª série:3). Apesar dos autores justificarem seus objetivos, eles não definem a noção de norma culta, o que seria essencial para nossa compreensão. Acreditamos que os textos literários devem preencher o papel de exemplos de uso da linguagem uma vez que o livro apresenta uma grande quantidade de textos de cunho literário - contos, poesia, fábulas - mas, pouca diversidade de textos usados no cotidiano - receitas, bulas de remédio, carta pessoal, bilhete, manual de instruções etc.

É interessante notar que LD2 tece comentários a respeito da gramática e do seu uso nos livros de 5ª e 6ª série. Todavia, essas noções não fazem parte de um momento de reflexão sobre a gramática e seu uso, ao contrário, elas estão, simplesmente, “jogadas” em meio às nomenclaturas gramaticais ao longo dos

capítulos³. Segundo os autores: “o papel da gramática é justamente estudar os fatos, isto é, os aspectos da linguagem falada ou escrita”(5ª série:19); sabemos, entretanto, que a gramática normativa não estuda a linguagem falada. Nas gramáticas encontramos exemplos retirados de obras literárias, ou seja, textos que retratam a “norma padrão”. Os autores parecem acreditar que existe uma gramática popular ao afirmarem que: “com o passar do tempo, a gramática popular acaba influenciando o modo de falar e escrever das pessoas mais cultas”.(5ª série:109) O que é gramática popular? Talvez seja a fala e a escrita informais, uma vez que, em LD2, encontramos a seguinte afirmação: “*fora do ambiente escolar, a população utiliza uma outra gramática, que é formada por aspectos e elementos da gramática culta, reelaborados e adaptados pelo povo às próprias condições culturais.*” (5ª série:101).

No segundo volume - 6ª série - de LD2, os autores perguntam aos alunos: “Por que estudamos gramática?”. A resposta dada é a seguinte: “para melhor compreender os segredos da linguagem e expressar nossas idéias com clareza.” Percebemos que os autores estão seguindo a concepção de linguagem como expressão do pensamento, ou seja, a língua é produto do pensamento, então, quem não fala correto não pensa (Travaglia, 1996). De acordo com Marcuschi (1999), a língua não se esgota no código, como os autores de LD1 e LD2 parecem acreditar, mas, é uma atividade social, histórica e cognitiva, na qual interferem fatores externos e internos a ela.

3.3 Análise de LD3

LD3, ao contrário dos outros, trabalha numa perspectiva sócio-interacional. Segundo as autoras, “*ao contemplarmos não só a materialidade lingüística da forma, mas também o seu significado, dependendo do momento em que é enunciado, estamos mergulhando na dimensão discursiva da linguagem. E, ao consideramos a situação histórica, social e interlocutiva constitutivas da significação, estamos assumindo a concepção sócio-interacionista, pois estamos considerando o outro como indispensável no processo de interlocução e na constituição da significação concebendo a linguagem não apenas como um sistema*” (Livro do professor:5). O fato de LD3 não trazer a resposta no livro do professor contribui para a visão sócio-interacionista da obra, ou seja, o professor deve utilizar seus conhecimentos e não, ficar preso ao livro didático. Além disso, o professor deverá trabalhar com as produções de textos dos alunos e, a partir deste material, solucionar os problemas existentes.

Nesse livro, os capítulos não estão organizados de acordo com tópicos gramaticais, como LD1 e LD2, mas são centrados no trabalho de leitura e produção de texto dos alunos. Praticamente não há tópicos específicos de gramática. Para as autoras, “*centrar o trabalho de português em torno do texto não implica que o professor use o texto só para tirar dele exercício de gramática*” (Livro do professor: 10). Vale salientar que, apesar de não haver informações sobre a gramática ou sua função, na última unidade da 8ª série, há um debate sobre o “gramatiquês”. Essa atitude mostra que as autoras pretendem fazer com que os alunos e professores debatam sobre esse tema na sala de aula.

Outro aspecto interessante é a preocupação das autoras em demonstrar de qual fonte recolheram as informações. Ao utilizar regras gramaticais, LD3 informa ao aluno de onde vem aquela informação, além de tratar as gramáticas como livros de consulta: “*Além de distinguir as citações, as aspas são usadas com outras finalidades nesse*

³ Os autores, em cada capítulo, apresentam um quadro falando sobre a gramática. Entretanto, não há nenhuma reflexão sobre essas informações. Logo após este quadro, iniciam-se os estudos gramaticais. (ver anexo).

texto. Celso Cunha, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* p. 644, 645, enumera possibilidades de uso das aspas: (...), “Observe os exemplos a seguir e classifique-os conforme a orientação do professor Celso Cunha (..)” (7ª série:35). Os exercícios de LD3 não se preocupam com a nomenclatura gramatical. Enquanto em LD1 e LD2, os exercícios eram mecânicos e apoiados na tradição gramatical, encontramos nesta coleção uma visão diferente. Para as autoras “dominar a língua é diferente de dominar a nomenclatura gramatical.” Entretanto elas não caem no exagero de defender a exclusão da gramática em sala de aula: “não se trata de banir a gramática da escola, mas de enfocá-la de modo diferente (...)”.

4. Conclusões

Através da análise das três coleções de livros didáticos, notamos que, dependendo do material utilizado em sala de aula, teremos uma concepção diferente do que é gramática e de como ela pode ser utilizada em sala de aula: bíblia do professor ou um manual de consulta. Encontramos livros que estimulam a “memorização” dos termos gramaticais, outros que privilegiam os textos literários e outros que tentam organizar melhor o estudo do texto levando em consideração os gêneros e certas estruturas que contribuem para a construção de sentido no texto. Há alguns aspectos negativos que merecem também ser destacados: quase não existem atividades sobre a oralidade nos LDs analisados-permanecendo a idéia de que a fala é o lugar do erro, também há poucas reflexões sobre as variações lingüísticas, sobre a utilidade da gramática etc.

Podemos observar que a sistematização e a abordagem dos aspectos, tanto gramaticais como textuais, vão depender da concepção de língua, linguagem, gramática e ensino dos autores dos livros. Essa investigação nos mostrou que já existem livros baseados nas teorias sócio-interacionais. Nesta concepção, o professor não é comandado pelo livro, mas pelo desenvolvimento cognitivo do aluno. O livro didático deixa de ser a fala do professor e transforma-se em mais um, e apenas um instrumento, assim como os dicionários, as gramáticas e outros tipos de enciclopédias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos (1999). *Preconceito lingüístico*. 2ª ed. São Paulo, Edições Loyola.
- BATISTA, Antônio Augusto G. (1997). *Aula de Português: discurso e saberes escolares*. São Paulo, Martins Fontes.
- RITFO, Luiz Percival Leme (1997). *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, Mercado de Letras.
- BRONCKART, Jean-Pau I (1999). *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo, EDUC.
- GERALDI, João W. (1987). Livro didático de língua portuguesa: a favor ou contra? Entre vista a Ezequiel Theodoro. *Leitura-teoria e prática*. Ano 6 n° 09:03-07.
- LUFT, Celso Pedro (1994). *Língua e Liberdade*. 3ª ed. São Paulo, Ática.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1999) *Referenciação e coerência na atividade discursiva falada e escrita*. Recife. (mimeo).
- MARTINS, Maria Helena (1994). *O que é leitura?* 19ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Merelles (1994). *Leitura, produção de textos e a escola*. Campinas, Mercado de Letras.
- POSSENTI, Sírio (1997). *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo, Mercado de Letras.

- RUIZ, Eliana e outros (1986). *O livro didático de língua portuguesa - didatização e destruição da atividade lingüística*. In: Trabalhos de lingüística aplicada. n° 07: 81- 88.
- SUASSUNA, Livia (1994). *Contribuições ao debate sobre o material didático de língua portuguesa*. In: Leitura- teoria e prática. Ano 13, n° 24: 84-90.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1996). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1° e 2° graus*. São Paulo, Cortez.



Gramática

Para alguns estudiosos, a gramática é conjunto de normas que regulamentam o uso da língua em uma comunidade, povo ou nação. Essa definição, entretanto, refere-se apenas a um tipo de gramática: a normativa, que estabelece normas ou regras para que se fale e se escreva "bem", isto é, de acordo com o padrão de linguagem considerado culto pelas pessoas instruídas.

1. Veja a seguir alguns produtos derivados do leite:

queijo / manteiga / creme de leite / coalhada / iogurte

Dizemos que um produto é derivado quando ele se origina a partir de outro produto. Na língua portuguesa nós também temos palavras que são derivadas de outras. Veja:

bicicletaria é uma palavra derivada de **bicicleta**

Agora, escreva dois substantivos que derivem de cada uma das palavras a seguir:

Respostas possíveis:
Sugestões:
pedreiro,
pedreiro,
carroça,
carroceiro,
pedreiro,
pedreiro

pedra / carro / pão

2. Copie o quadro a seguir:

Substantivo derivado é aquele que se forma a partir de outra palavra.

3. Indique os substantivos que deram origem aos seguintes nomes:

Item 3:
relogio,
tinta,
ferro e
abacate

relojoaria / tinteiro / ferreiro / abacateiro

4. Copie o quadro:

Substantivo primitivo é aquele que não deriva de nenhuma outra palavra.